

Albano vê o momento na Constituinte

No momento em que o País se prepara para a tarefa de reedição das instituições nacionais através da elaboração de uma nova Constituição, impõe-se definir com clareza os limites da intervenção do Estado na economia. Este foi o alerta dirigido aos participantes do Forum JB/CNI pelo senador Albano Franco, presidente da CNI. Suas palavras foram lidas pelo presidente da Firjan, Arthur João Donato.

Disse ainda que quando os empresários fazem esta proposição não pretendem o retorno à velha democracia liberal, ao capitalismo selvagem ou à exploração do homem pelo homem mas, sim, uma definição precisa dos lindes da intervenção estatal e uma especificação dos parâmetros dentro dos quais a iniciativa privada pode investir e trabalhar com segurança.

O discurso

“É com renovada satisfação que declaro aberto os trabalhos de mais uma sessão do FÓRUM CNI/ JB, convocados desta feita para debater “Os limites da intervenção do estado na economia”.

Minhas primeiras palavras são de saudação e homenagem ao JORNAL DO BRASIL, pela iniciativa de co-patrocinar e divulgar estas mesas redondas que a Confederação Nacional da Indústria vem promovendo em diversos pontos do País, com a finalidade de discutir com empresários, autoridades públicas e com a sociedade, temas de alta importância para o futuro do País.

Dirijo em seguida os meus sinceros agradecimentos aos ilustres debatedores de hoje, cujos nomes dispensam apresentações, pela gentileza de terem aberto espaço em suas tão comprometidas agendas para esta pausa de diálogo construtivo, que esperamos seja frutífero para toda a sociedade brasileira e, por fim, aos Companheiros Arthur João Donato, Presidente da Firjan e Rui Martins Altenfelder Silva, Diretor da FIESP e Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Legislativos da CNI. A Entidade agradece por mais este serviço que prestam a nossa classe empresarial participando dos trabalhos da Mesa-Redonda.

A Intervenção do Estado na Economia é tema movimentado e multifacetado, que merece cuidadoso estudo na etapa de reordenamento institucional que o Brasil atravessa.

Em todos os países do Ocidente a transição da Democracia Liberal para a Democracia Social exigiu a imposição de limitações à liberdade econômica.

Mas o primado do social e do interesse público passou a ser invocado e utilizada

do com freqüência como instrumento de dirigismo econômico, em detrimento da economia de mercado.

Conta-se que Valéry Giscard D'Estaing, então Ministro da Economia e, depois, Presidente da República Francesa, teria declarado que a concentração de mais de 40% dos Ativos Líquidos do País em mãos do Estado representaria a passagem de uma economia capitalista para uma economia socialista, pelo grau de dependência a que a iniciativa privada seria relegada, em relação ao Poder Público.

Em nosso País, essa percentagem já ultrapassou 60% e a exacerbação dessa tendência coincidiu justamente com o período de autoritarismo político, o que vem comprovar mais uma vez que a liberdade política e a liberdade econômica são entrinhadamente interdependentes.

Por isso, no momento em que o País se prepara para a tarefa de reedição das instituições nacionais através da elaboração de uma nova Constituição, impõe-se definir com clareza os limites da intervenção do Estado na Economia.

Quando os empresários fazem esta proposição, não pretendem o retorno à velha Democracia Liberal, ao Capitalismo Selvagem ou à exploração do homem pelo homem, como alguns erroneamente pensam ou apregoam, mas, como em todas as Democracias contemporâneas que se reconstitucionalizaram após muitos anos de autoritarismo, uma definição precisa dos lindes da intervenção estatal e uma especificação dos parâmetros dentro dos quais a iniciativa privada pode investir e trabalhar com segurança.

Sem essa definição, não nos iluda-

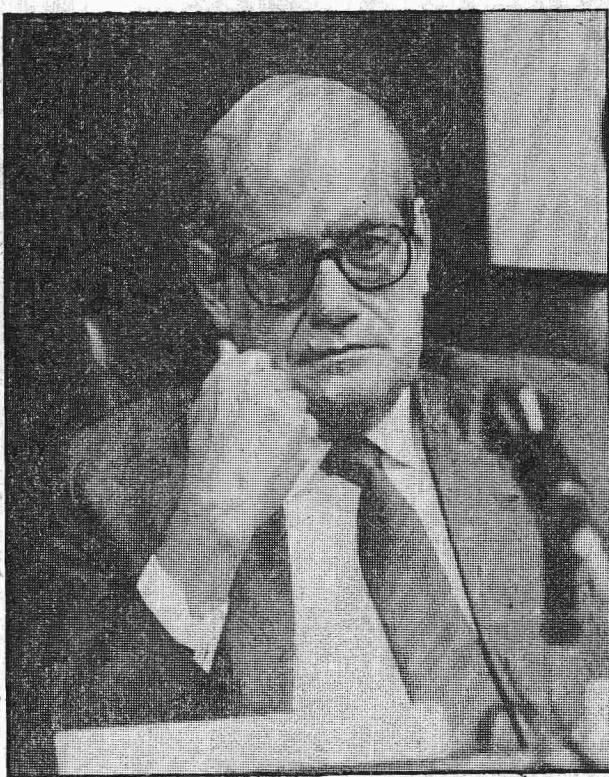
mos, será muito difícil convencer o capital estrangeiro a investir no Brasil e convencer qualquer empresário brasileiro a planejar, a médio ou a longo prazo, o desenvolvimento competitivo de suas atividades.

Se queremos ombrear-nos com os grandes, como tem-nos estimulado o Presidente Sarney, em recentes e incisivos pronunciamentos, as regras de convivência entre o Estado e o Empresário privado precisam ser bem delimitadas.

Estou certo de que os debatedores desta jornada apresentarão valiosa contribuição para esse objetivo.

Se impossível parece, em tão pouco tempo tangenciar todos os aspectos da questão, estou seguro de que alguns dos seus tópicos básicos serão aqui afilados e devidamente esclarecidos, tais como: os incentivos e isenções fiscais como instrumentos de política econômica; a tributação e capacidade de investimento do contribuinte; o exercício pelo Estado de atividades industriais, comerciais e serviços; a convivência entre a política econômica governamental e as instituições financeiras privadas; as limitações normativas e as medidas de política da atividade econômica privada; as garantias que devem ser oferecidas ao capital estrangeiro; e a participação dos empresários nas decisões governamentais sobre política econômica.

A partir desse núcleo de idéias, podemos pensar em estruturar um modelo brasileiro de Ordem Econômica, que prepare o Brasil do Século XXI, através da superação dos problemas que nos afligem no dia de hoje. É o desafio a que convoco os destacados participantes desta mesa de debates. Muito Obrigado. ♦♦



Mais do que a possibilidade de um retorno ao “capitalismo selvagem”, o que preocupa o presidente Albano Franco é a necessidade de se fixarem limites para o intervencionismo estatal, como disse no discurso lido por Artur João Donato